

O grande pensador Zygmunt Bauman aborda aqui uma característica fundamental da vida contemporânea: a individualização. O recado é dado a toda hora: não olhe para trás nem para cima, olhe para dentro de si – para o local em que estão suas próprias capacidades, sua vontade e seu poder. Já não há grandes líderes para nos orientar nem partilhar a responsabilidade de nossos atos. Hoje os indivíduos solitários entram na ágora apenas para encontrar outros indivíduos solitários. E voltam para casa com a confiança renovada em sua própria solidão.

Outras obras de ZYGMUNT BAUMAN:

AMOR LÍQUIDO

COMUNIDADE

EM BUSCA DA POLÍTICA

EUROPA

GLOBALIZAÇÃO: AS CONSEQÜÊNCIAS HUMANAS

IDENTIDADE

O MAL-ESTAR DA PÓS-MODERNIDADE

MEDO LÍQUIDO

MODERNIDADE E AMBIVALÊNCIA

MODERNIDADE E HOLOCAUSTO

MODERNIDADE LÍQUIDA

TEMPOS LÍQUIDOS

VIDA LÍQUIDA

VIDAS DESPERDIÇADAS

VIDA PARA CONSUMO


ZAHAR
Jorge Zahar Editor

ISBN 978-85-378-0107-9

9 788537 801079

BAUMAN

A SOCIEDADE INDIVIDUALIZADA

Zygmunt Bauman

A SOCIEDADE INDIVIDUALIZADA

VIDAS CONTADAS E HISTÓRIAS VIVIDAS


ZAHAR
Jorge Zahar Editor

Titulo original:
The Individualized Society

Tradução autorizada da 1ª edição inglesa,
publicada em 2001 por Polity Press, de Cambridge,
Inglaterra

Copyright © 2001, Zygmunt Bauman

Copyright da edição em língua portuguesa © 2009:

Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Capa: Sérgio Campante sobre fotos de Dora Pete;
Stephan Szpak-fleet; Revati Upadhya e Niels Roza

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B341s Bauman, Zygmunt, 1925-
A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas / Zygmunt
Bauman; tradução José Gradel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

Tradução de: The individualized society
ISBN 978-85-378-0107-9

1. Individualismo. 2. Pós-modernismo – Aspectos sociais. I. Título.

08-4115

CDD: 302.54
CDU: 316.37

· Sumário ·

<i>Introdução</i>	7
<i>Vidas contadas e histórias vividas: uma proposta inicial</i>	7
Como somos	
1. Ascensão e queda do trabalho	27
2. Ordens locais, caos global	44
3. Liberdade e segurança: a história inacabada de uma união tempestuosa	57
4. Modernidade e clareza: a história de um romance fracassado	78
5. Sou por acaso o guardião do meu irmão?	95
6. Unidos na diferença	110
Como pensamos	
7. Crítica – privatizada e desarmada	129
8. Progresso: igual e diferente	142
9. Usos da pobreza	148
10. Educação: sob, para e apesar da pós-modernidade	158
11. Identidade no mundo globalizante	178
12. Fé e satisfação instantânea	194

Usos da pobreza

Sabe-se que, libertada das rédeas políticas e das restrições locais, a economia rapidamente globalizada e crescentemente extraterritorial produz lacunas de riqueza e renda cada vez mais profundas entre as seções da população mundial em melhor e pior situação e dentro de cada sociedade. Ela também é conhecida por lançar pedaços cada vez maiores da população na pobreza e por torná-los permanentemente evictos de qualquer trabalho reconhecido socialmente como racional em termos econômicos e útil em termos sociais, tornando-se, assim, econômica e socialmente *redundantes*.

De acordo com o relatório de 1998 do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas,¹ apesar de o consumo global de bens e serviços ter dobrado de 1975 para 1997, e de ter sido multiplicado por seis desde 1950, um bilhão de pessoas “não podem satisfazer nem mesmo suas necessidades elementares”. Entre os 4,5 bilhões de residentes dos países “em desenvolvimento”, três em cada cinco estão privados do acesso a infra-estruturas básicas: um terço não tem acesso a água potável, um quarto não tem moradias que mereçam esse nome, um quinto não tem serviços médicos e sanitários. Uma em cada cinco crianças passa menos de cinco anos em alguma instituição de escolarização; uma pro-

porção similar está permanentemente subnutrida. Em 70 ou 80 dos cerca de 100 países “em desenvolvimento”, a renda média per capita da população hoje é menor do que há dez ou mesmo 30 anos: 120 milhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia.

Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, o país mais rico do mundo e a terra natal das pessoas mais ricas do mundo, 16,5% da população vivem na pobreza; um quinto dos homens e mulheres adultos não sabe ler nem escrever e 13% têm uma expectativa de vida menor do que 60 anos.

Por outro lado, os três homens mais ricos do globo possuem bens privados cujos valores superam o Produto Interno Bruto combinado dos 48 países mais pobres; a fortuna das 15 pessoas mais ricas excede o Produto Interno Bruto total de toda a África subsaariana. De acordo com o relatório, menos de 4% da riqueza pessoal das 225 pessoas mais ricas bastaria para oferecer acesso às facilidades médicas e educacionais elementares, além de nutrição adequada, para todos os pobres do mundo.

Os efeitos da crescente polarização inter e intra-societária de riqueza, renda e chances de vida – sem dúvida a mais preocupante das tendências contemporâneas – têm sido amplamente estudados e discutidos, embora pouco – exceto por algumas poucas medidas *ad hoc*, fragmentárias e irresolutas – tenha sido feito para reverter esses efeitos, e menos ainda para deter a marcha da tendência. A história continuada de preocupação e inação tem sido contada e recontada muitas vezes, sem nenhum benefício visível até agora. Não é minha intenção repetir a história mais uma vez, mas sim questionar o marco cognitivo e o conjunto de valores nos quais está contida como regra; um marco e um conjunto que constituem uma barreira para a total compreensão da gravidade da situação e para a busca de alternativas exequíveis.

O marco cognitivo no qual a discussão da pobreza crescente costuma ser colocada é puramente econômico (no sentido dominante de “economia” como, acima de tudo, o agregado de

transações mediadas por dinheiro) – o da distribuição de riqueza e renda e do acesso a emprego remunerado. O conjunto de valores que informa a escolha de dados relevantes e sua interpretação é quase sempre o da pena, compaixão e solicitude pelos pobres. De vez em quando, a preocupação pela segurança da ordem social também é expressa, apesar de raras vezes em voz alta, já que poucas mentes sóbrias sentiriam na má situação dos pobres e destituídos contemporâneos uma ameaça tangível de rebelião. Nem o marco cognitivo nem o conjunto de valores estão errados em si mesmos. Para ser mais exato, estão errados não naquilo em que se concentram, mas no que desculpam em silêncio e deixam longe dos olhos.

E os fatos que eles suprimem são o papel desempenhado pelos novos-pobres na reprodução e reimposição do tipo de ordem global que é a causa da destituição deles e também do medo ambiente que torna a vida dos restantes infeliz; e a ordem global depende dessa destituição e desse medo ambiente para sua própria autopropagação. Karl Marx disse certa vez – nos tempos do início do capitalismo, selvagem e até então indomado, ainda demasiado iletrado para decifrar as frases escritas na parede – que os trabalhadores não poderiam se libertar sem libertar o resto da sociedade. Poderíamos dizer agora, nos tempos do capitalismo triunfante, que não presta mais atenção às frases escritas em qualquer parede (ou às próprias paredes), que *o restante da sociedade não pode ser libertado de seu medo ambiente e impotência a não ser que sua parte mais pobre seja libertada da penúria.*

Em outras palavras, a presença do grande exército de pobres e a situação amplamente divulgada deles são um fator de equilíbrio de grande, talvez crucial, importância para a ordem existente. São um contrabalanço dos efeitos, de outro modo repelentes e revoltantes, da vida do consumidor, vivida na sombra da perpétua incerteza. Quanto mais destituídos e desumanizados os pobres do mundo e da próxima esquina são mostrados e

vistos, melhor desempenham esse papel no drama que não esqueceram e para o qual não se candidataram.

Tempos atrás, as pessoas eram induzidas a suportar seus destinos com docilidade, não importa quão duro fosse. Assim como todas as outras coisas do outro mundo e eternas, o mundo inferior pensado para produzir um efeito semelhante havia sido trazido para a Terra, colocado firmemente nos confins da vida terrestre e apresentado numa forma pronta para consumo instantâneo. Os pobres são hoje o “Outro” coletivo dos assustados consumidores; são os “outros”, de maneira muito mais tangível e com mais convicção do que aqueles do *Huit-clos* de Sartre. Os pobres são o que o resto do mundo não-pobre gostaria de ser (apesar de não ousarem tentá-lo): livres da incerteza. Mas a certeza que obtêm em troca vem na forma de ruas miseráveis, infestadas de doenças, crimes e drogas (se vivem em Washington, D.C.) ou de uma morte lenta por desnutrição (se habitam o Sudão). A lição que aprendemos quando escutamos falar dos pobres é que a *certeza deve ser mais temida do que a detestada incerteza*, e que a punição pela rebelião contra os desconfortos da incerteza diária é rápida e inclemente.

A visão dos pobres mantém os não-pobres vigiados e obedientes. Assim, ela perpetua a vida de incerteza destes. Ela os estimula a tolerar ou suportar com resignação a irrefreável “flexibilização” do mundo e a crescente precariedade de sua condição. A visão encarcera a imaginação e prende os braços deles, que não ousam imaginar um mundo diferente; estão muito cautelosos para tentar mudar o mundo em que vivem. E enquanto este for o caso, as chances de uma sociedade autônoma e autoconstitutiva, com uma república e uma cidadania democráticas, são, para dizer o mínimo, escassas e sombrias.

Essa é uma razão boa o bastante para que a economia política da incerteza apresente, como um de seus ingredientes indispensáveis, a distribuição do papel do “problema dos pobres” como uma questão de lei e ordem ou como objeto de preocupação humanitária – e nada mais do que isso. Quando a primeira

representação é usada, a condenação popular dos pobres – mais depravados do que privados – chega tão próximo quanto possível de queimar o medo popular em efígie. Quando se utiliza a segunda representação, a ira contra a crueldade e a insensibilidade dos caprichos do destino pode ser canalizada com segurança para feiras de caridade inócuas, e a vergonha da impassibilidade pode ser evaporada em curtas explosões de solidariedade humana.

Dia a dia, no entanto, os pobres do mundo e os pobres do país fazem seu silencioso trabalho de minar a confiança e a resolução de todos aqueles que ainda trabalham e que têm rendas regulares. O vínculo entre a pobreza dos pobres e a rendição dos não-pobres não tem nada de irracional. A visão dos destituídos é um lembrete oportuno a todos os seres sóbrios e sensíveis de que até mesmo a vida mais próspera é insegura e que o sucesso de hoje não é uma garantia contra a queda de amanhã. Existe um sentimento bem fundamentado de que o mundo está cada vez mais superlotado; que a única escolha aberta aos governos dos países está, na melhor das hipóteses, entre a pobreza disseminada com alto desemprego, como na maioria dos países europeus, e a pobreza disseminada com um pouco menos de desemprego, como nos Estados Unidos.

Pesquisas acadêmicas confirmam o sentimento geral: existe cada vez menos trabalho remunerado por aí. Desta vez, o desemprego parece mais sinistro do que nunca. Não parece ser o produto de uma “depressão econômica” cíclica; não é mais uma condensação temporária de miséria, a ser dissipada e exterminada pelo próximo boom econômico. As promessas dos políticos de solucionar a questão com um “regresso ao trabalho” trazem uma estranha similaridade com a resposta apócrifa de Barry Goldwater à ameaça nuclear: “coloquemos as carroças em círculo.” Como argumenta Jean-Paul Maréchal,² durante a era da “industrialização pesada”, a necessidade de construir uma enorme infra-estrutura industrial conseguiu que mais novos empregos fossem criados do que velhos empregos fossem des-

truídos como resultado da aniquilação de tarefas e habilidades tradicionais. Mas é claro que este não é mais o caso. Até os anos 1970, a relação entre o crescimento da produtividade e o nível de emprego ainda era positiva; desde então, a relação fica mais negativa a cada ano. Um importante limiar parece ter sido cruzado nos anos 1970. Números recentes dizem muito sobre as razões para qualquer um sentir-se inseguro mesmo no mais estável e regular dos empregos.

O volume de emprego que se contrai não é, porém, a única razão para sentir-se inseguro. Os empregos que ainda existem não estão mais fortificados contra os imprevisíveis riscos do futuro; podemos dizer que o trabalho hoje é um ensaio diário de redundância. A “economia política da insegurança” cuidou para que as defesas ortodoxas fossem desmanteladas, assim como as tropas que as guarneciam. O trabalho tornou-se “flexível”, o que em palavras simples significa que agora é fácil para o empregador despedir os empregados quando quiser e sem compensação, e que a ação solidária e efetiva dos sindicatos em defesa dos demitidos sem justa causa pareça cada vez mais um castelo de areia.

A “flexibilidade” também significa a negação da segurança: os empregos disponíveis são em sua maioria temporários, a maioria dos contratos é “rolante” ou “renovável” a intervalos frequentes o bastante para impedir que os direitos a uma relativa estabilidade adquiram força. A “flexibilidade” também significa que a antiga estratégia de investir tempo e esforço em habilidades especializadas, na esperança de obter um fluxo de interesses estável, faz ainda menos sentido – e assim, aquela tão comum escolha racional das pessoas que desejavam uma vida segura já não está disponível.

O sustento, aquela rocha sobre a qual todos os projetos e aspirações de vida devem se apoiar para serem exequíveis – para ter sentido e reunir energia eles precisam ser satisfeitos ou pelo menos parecer satisfeitos –, tornou-se indeciso, errático e inseguro. O que os defensores dos programas de “bem-estar social

para os que trabalham” deixam fora de seus cálculos é que a função do sustento não é apenas prover sustentação para os empregados e seus dependentes. Além disso, e não menos importante, deve oferecer a segurança existencial, sem a qual nenhuma liberdade nem a vontade de auto-afirmação são concebíveis, que constituem o ponto de partida de toda autonomia. O trabalho em sua forma atual não pode oferecer tal segurança, mesmo que consiga cobrir os custos de manter-se vivo. O caminho do bem-estar para o trabalho leva da segurança para a insegurança, ou de menor para maior insegurança. Sendo esse caminho o que é, incitar tantas pessoas quanto possível a trilhá-lo está de acordo com os princípios da economia política da insegurança.

A economia política da incerteza é o conjunto de “regras para terminar com todas as regras”, imposto sobre as autoridades políticas locais pelos poderes financeiros e extraterritoriais do capital e do comércio. Seus princípios encontraram expressão plena no mal-afamado “Acordo Multilateral sobre o Investimento”, nas restrições que este impôs à liberdade dos governos de restringir a liberdade de movimento do capital, assim como na forma clandestina na qual foi negociado e o segredo em que foi mantido pelo consentimento comum dos poderes políticos e econômicos – até ser descoberto e trazido à luz por um grupo de jornalistas investigativos. Os princípios são simples, e em sua maioria negativos: não foram criados para estabelecer uma nova ordem, apenas para desmontar as existentes e impedir que os governos atuais substituam as regulamentações desmanteladas por outras.

A economia política da incerteza se reduz essencialmente à proibição de regras e regulamentos garantidos e estabelecidos politicamente e ao desarme das instituições e associações defensivas que costumavam ficar no caminho do capital e das finanças. O resultado geral de ambas as medidas é o estado de incerteza permanente e onipresente que irá substituir a regra da lei coercitiva e legitimar fórmulas para estabelecer os limites para a obediência (ou melhor, a garantia da falta de resistência) aos novos poderes, desta vez supra-estatais e globais.

A economia política da incerteza é boa para os negócios. Ela torna redundantes os instrumentos de disciplina ortodoxos, volumosos, desajeitados e custosos – substituindo-os não tanto pelo autocontrole de objetos treinados, exercitados e disciplinados, mas pela incapacidade dos indivíduos privatizados e endemicamente inseguros para agir de modo adequado; o tipo de incapacidade que se faz mais profunda pela descrença das pessoas de que qualquer ação dessas possa ser efetiva e que os sofrimentos privados possam ser refundidos em questões coletivas, e ainda mais incrédulos nos projetos compartilhados de uma ordem de coisas alternativa.

No que diz respeito à submissão passiva às regras do jogo, ou a um jogo sem regras, a incerteza endêmica, da base ao topo da escala social, é uma substituição clara e barata, mas muito eficiente, para a regulação normativa, a censura e a vigilância. Os excluídos e redundantes estão demasiado certos de sua exclusão e redundância para serem receptivos às políticas da incerteza. Os panópticos não são necessários em sua versão velha e pesada nem na versão leve, high-tech e atualizada. Só a liberdade, em sua expressão associada ao mercado consumidor e sob as condições de precariedade sustentada pelo mercado, pode evocar toda a conduta humana necessária para manter a economia global em andamento.

Os verdadeiros poderes de hoje são essencialmente extraterritoriais, enquanto os lugares de ação política permanecem locais – e assim, por planejamento ou omissão, a ação é incapaz de chegar aos quartéis onde são desenhados os limites da soberania e decididas as premissas essenciais dos esforços políticos.

Essa separação entre o poder e a política com frequência é mencionada sob o nome de “globalização”. Como ressaltai em outro texto,³ o termo “globalização” se estabeleceu no discurso atual ocupando o lugar que na modernidade era do termo “universalização” – e o fez principalmente porque “globalização” se refere ao *que está acontecendo conosco, mais do que – como o fez a “universalização” – aquilo que precisamos, devemos ou pretendemos fazer.*

“Globalização” indica uma espécie de “naturalização” do curso que as questões mundiais estão tomando, isto é, estão ficando essencialmente fora de limites e de controle, adquirindo um caráter quase elementar, não planejado, não antecipado, espontâneo e contingente. Assim como o usuário da internet pode selecionar apenas as escolhas disponíveis, e dificilmente pode influenciar as regras pelas quais a rede opera ou expande a gama de escolhas disponíveis sob essas regras, também o Estado-nação individual, colocado em um ambiente globalizado, tem que jogar o jogo segundo as regras ou arriscar uma retaliação severa, ou, na melhor das hipóteses, uma total ineficiência de suas ações, se as regras forem ignoradas.

Uma vez que os poderes que presidem a crescente “flexibilidade” das situações cotidianas, e assim a ainda mais profunda incerteza que satura o curso completo das vidas humanas, tenham se tornado *de facto* globais (ou pelo menos supra-estatais), a condição preliminar para uma ação dirigida efetiva para mitigar a preponderância dos dois primeiros elementos da tríade – insegurança, incerteza e proteção – é elevar a política ao nível tão genuinamente internacional quanto aquele em que operam os poderes de hoje. A política deve alcançar o poder que foi libertado para vagar pelo espaço politicamente não controlado – e para esse fim deve desenvolver instrumentos que possibilitem que ela alcance os espaços através dos quais aqueles poderes “fluem” (para utilizar o termo de Manuel Castells). Não é necessário nada mais do que uma instituição republicana internacional em escala condizente com a escala de operação dos poderes transnacionais. Ou, como Alain Gresh afirmou num artigo que celebrava o 150º aniversário do *Manifesto comunista*, precisa-se é de um “novo internacionalismo”.⁴

Há poucos sinais que sugerem que algo semelhante a um novo espírito internacionalista está de fato aparecendo. As explosões de solidariedade supranacional são notoriamente carnavalescas, esporádicas e de vida curta. A mídia cunhou o termo-que-diz-tudo “fadiga de ajudar” para denotar a tendência da solidariedade internacional para diminuir e evaporar em questão

de dias, e não de semanas. Como assinala Gresh, a Bósnia não foi uma repetição tardia da Guerra Civil Espanhola, pois diante das guerras de atrito em curso hoje na Argélia e dezenas de outras guerras civis ou massacres orquestrados pelo governo de “estrangeiros”, minorias tribais ou étnicas e infiéis nada bem-vindos, apenas ruídos indiferentes são feitos em salas de conferência, mas praticamente nenhuma ação é feita no terreno.

Existem nobres exceções, como a Anistia Internacional ou o Greenpeace. Mas no geral os poucos esforços idealistas para atravessar a muralha de indiferença obtêm, na melhor das hipóteses, um sinal ou um apoio superficial de alguns governos (e a hostilidade subterrânea ou aberta de vários outros). E poucos movimentos populares apóiam a atitude que eles promovem por altruísmo. Os ativistas dos Médicos Sem Fronteiras têm se queixado de que a iniciativa deles, chamada pela mídia de “ação humanitária”, tem sido cinicamente explorada pelos poderes constituídos para justificar a própria inatividade na Bósnia e em Ruanda, por exemplo, e para limpar, “por procuração”, as consciências de seus súditos.

Não há dúvidas sobre a necessidade de agências globais poderosas o bastante para igualar a força condensada dos mercados globais e do capital financeiro. Uma questão discutível, no entanto, é se as instituições políticas existentes – governos e partidos políticos limitados pelo Estado – podem se transformar em agências desse tipo, ou criá-las por meio de negociações. É passível de debate porque os governos e os partidos necessariamente se preocupam com suas terras e tendem a permanecer locais. Talvez as associações que não tenham tais limitações – capazes de adquirir um caráter de fato sem fronteiras e de concentrar sua ação sobre o que mais aflige a maioria das pessoas em grandes parte do tempo – tenham melhores perspectivas. Elas têm poucas chances, contudo, se a noção do “bem comum” não firmar suas raízes na segurança coletivamente garantida dos supostos atores políticos.

A utopia, afinal de contas, como disse Victor Hugo, “é a verdade de amanhã”.